

V CONCURSO INTERAMERICANO DE DIREITO SUSTENTÁVEL

CASO COMUNIDADE RURAL DE CANDELA vs. FEDERAÇÃO DE CLONALIA

MEMORIAL DO ESTADO

A FAVOR DE

Federação de Clonalia

CONTRA

Comunidade Rural de Candela

Rio de Janeiro

Março de 2015

SUMÁRIO

ÍNDICE DE AUTORIDADES	iii
ÍNDICE NORMATIVO	v
ÍNDICE DE CASOS PERANTE À CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	vi
ÍNDICE DE DOCUMENTOS E PRECEDENTES INTERNACIONAIS NÃO PERTENCENTES À CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	viii
ÍNDICE DE ABREVIATURAS	x
1 DECLARAÇÃO DOS FATOS	1
2 QUESTÕES PRELIMINARES	3
2.1 Do não esgotamento dos recursos disponíveis na jurisdição interna e da vedação à 4ª Instância	3
2.2 Da Incompetência <i>ratione materiae</i> da CtIDH	6
2.2.1 Quanto ao Art. 11 do Protocolo Adicional de San Salvador	6
2.2.2 Da inexistência de tratado que albergue o direito ao refúgio ambiental	7
2.3 Da Incompetência <i>ratione personae</i> da CtIDH em razão da não individualização das vítimas quanto às alegações de violação à Integridade Pessoal (art. 5 da CADH) e Liberdade Pessoal (art. 7 da CADH), a teor do art. 35 do Regulamento da CtIDH	8
3 DO MÉRITO	9
3.1 Da não violação dos direitos à integridade pessoal (art. 5 da CADH) e liberdade pessoal (art. 7 da CADH)	9
3.2 Da não violação ao Direito às Garantias Judiciais (art. 8 da CADH)	13
3.3 Da não violação do Direito à Liberdade de Expressão e Acesso à Informação (art. 13, CADH)	15
3.4 Da não violação ao Direito de Propriedade Privada (art. 21 da CADH)	17
3.5 Da não violação ao direito de Circulação e de Residência (art. 22 da CADH)	17

3.6 Da não violação ao meio ambiente sadio (art. 11, PSS) e ao desenvolvimento progressivo (art. 26, CIDH)	
.....	19
ANEXO.....	26

ÍNDICE DE AUTORIDADES

MAZZUOLI	Mazzuoli, Valerio de Oliveira. <i>Curso de Direito Internacional Público</i> . 5ed, rev., atual e ampliada. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2011.
CANÇADO TRINDADE	CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. <i>O Esgotamento dos recursos internos e a evolução da noção de “Vítima” no Direito Internacional dos Direitos Humanos</i> , p.20. Apresentado sobre a forma de conferência, no IV Curso Interdisciplinar de Direitos Humanos, no Instituto Interamericano de Direitos Humanos, em San Jose, Costa Rica. 22/08/1986. CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. <i>Tratado de direito internacional dos direitos humanos</i> . Volume II. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 199. p. 277.
GOMES; PIOVESAN	GOMES, Luiz Flávio Gomes e PIOVESAN, Flávia. <i>O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro</i> , Editora Revista dos Tribunais, pg. 72, §2.
PASQUALUCCI	PASQUALUCCI, Jo M. <i>The Practice and Procedure of the Interamerican Court of Human Rights</i> . Cambridge: Cambridge University Press. 2003
SANDS	SANDS, Philippe. <i>Principles of International Environmental Law</i> . Cambridge University Press. Second Edition. 2003, pp. 298.
SARLET; FENSTERSEIFER	SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER Tiago. <i>Direito Constitucional Ambiental: Estudos sobre a Constituição, os direitos fundamentais e a proteção do ambiente</i> . Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro, ago.2012, v. 19, n. 34, p.297-301.
CARVALHO RAMOS	CARVALHO RAMOS, André de; RODRIGUES, Gilberto e ALMEIDA, Guilherme de Assis (orgs.). <i>60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro</i> . São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011.

ALMEIDA	ALMEIDA, Guilherme de Assis. A Lei 9.474/67 e a definição ampliada de refugiado: breves considerações. In: ARAÚJO, Nádia de e ALMEIDA, Guilherme Assis de – coordenadores. <i>O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 162.
REZEK	REZEK, Francisco. <i>Direito Internacional Público</i> . São Paulo: Saraiva, 2006
BLACK	BLACK, Richard. Environmental Refugees: myth or reality? Working Paper nº. 34, March, 2001. In: < http://www.unhcr.ch >. Acesso em: 19 de out. 2008, p. 1.
JACOBSON	JACOBSON, Jodi. Environmental Refugees: a Yardstick of Habitability . World Watch Paper nº. 86, Washington, D.C.: World Watch Institute, 1988.
TORRES- MARENCO	TORRES-MARENCO, Verónica. La migración en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos. P.122. Universias, 41-76 (2011).

ÍNDICE NORMATIVO

<i>Convenção, CADH, Pacto</i>	Convenção Americana de Direitos Humanos
<i>Protocolo, PSS</i>	Protocolo Adicional à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos Sociais e Culturais / Protocolo de San Salvador
<i>Convenção de 1951</i>	Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados da Organização das Nações Unidas

ÍNDICE DE CASOS PERANTE À CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

1. Corte IDH. Case of Acosta Calderón v. Ecuador. Merits, Reparations and Costs. Judgment of June 24, 2005. Series C No. 129.
2. Corte IDH. Case of Bulacio v. Argentina. Merits, Reparations and Costs. Judgment of September 18, 2003. Series C No. 100.
3. Corte IDH. Caso Cantoral Benavides. Sentença de 18 de agosto de 2000. Série C N° 69, par. 87.
4. Corte IDH. Caso Comunidad Indígena Xákmok Kásek. Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 24 de agosto de 2010 Serie C No. 214.
5. Corte IDH. Caso Fontevecchia y D'Amico Vs. Argentina. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 29 de noviembre de 2011. Serie C No. 238.
6. Corte IDH. Caso Furlan e Familiares Vs. Argentina. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 31 de agosto de 2012. Série C N° 246, par. 23.
7. Corte IDH. Case of GarcíaAsto and Ramírez Rojas v. Peru. Preliminary Objection, Merits, Reparations and Costs. Judgment of November 25, 2005. Series C No. 137.
8. Corte IDH. Case of Hilaire, Constantine and Benjamin et al. v. Trinidad and Tobago. Merits, Reparations and Costs. Judgment of June 21, 2002. Series C No. 94.
9. Corte IDH. Caso Instituto de Reeducción Del Menor vs. Paraguay. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 2 de septiembre de 2004. Serie C No. 112, §102.
10. Corte IDH. Case of the Gómez Paquiyauri Brothers v. Peru. Merits, Reparations and Costs. Judgment of July 8, 2004. Series C No. 110

11. Corte IDH. Caso Kimel Vs. Argentina. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 2 de mayo de 2008 Serie C No. 177.
12. Corte IDH. Caso López Álvarez Vs. Honduras. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 1 de febrero de 2006. Serie C No. 141
13. Corte IDH. Caso de los “Niños de la Calle” (Villagrán Morales y otros) Vs. Guatemala. Reparaciones y Costas. Sentencia de 26 de mayo de 2001. Serie C No. 77
14. Corte IDH. Caso Maritza Urrutia. Sentença de 27 de novembro de 2003. Série C Nº 103, par. 87
15. Corte IDH. Caso de la "Masacre de Mapiripán" Vs. Colombia. Sentencia de 15 de septiembre de 2005. Serie C No. 134
16. Corte IDH. Caso Nadege Dorzema y otros Vs. República Dominicana. Fondo Reparaciones y Costas. Sentencia de 24 de octubre de 2012 Serie C No. 251
17. Corte IDH. Caso “La Última Tentación de Cristo” (Olmedo Bustos y otros) Vs. Chile. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 5 de febrero de 2001. Serie C No. 73.
18. Corte IDH. Caso Pacheco Tineo Family v. Bolivia, Judgment of November 25, 2013. Series C No. 272
19. Corte IDH. Caso Tibi Vs. Ecuador. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 7 de septiembre de 2004. Serie C No. 114
20. Corte IDH. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Exceções Preliminares. Sentença de 26 de junho de 1987. Série C Nº 1, par. 85.
21. Corte IDH. Caso Vélez Loor Vs. Panamá. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de noviembre de 2010 Serie C No. 218.

**ÍNDICE DE DOCUMENTOS E PRECEDENTES INTERNACIONAIS NÃO
PERTENCENTES À CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

<i>ACNUR</i>	Advisory Opinion on the Extraterritorial Application of Non-Refoulement Obligations under the 1951 Convention relating to the Status of Refugees and its 1967 Protocol, 26 January 2007.
<i>ACNUR</i>	World Commission on Environment And Development. Our Common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987.
<i>ACNUR</i>	<i>UNHCR Note on the Principle of Non-Refoulement</i> , November 1997.
<i>ACNUR</i>	Cf. ACNUR. Manual de Procedimentos e Critérios a Aplicar para Determinar o Estatuto do Refugiados – de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao ACNUR. Nota de orientação sobre extradição e proteção internacional de refugiados. Genebra, 2008.
<i>CIDH</i>	A Condição Jurídica e os Direitos dos Migrantes Indocumentados. Parecer Consultivo 16/99. O Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Marco do Devido Processo Legal - de 17 de Setembro de 2003, Solicitado Pelos Estados Unidos Mexicanos. Par. 118.
<i>CIDH</i>	Relatório Anual 2003. OEA/Ser.L/V/II.118 Doc. 70 rev. 2. 29 de dezembro de 2003. Vol. II, Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. Capítulo IV, Relatório sobre Acesso à Informação no Continente, § 32.
<i>CIDH</i>	REPORT No. 76/09. PETITION 1473-06. ADMISSIBILITY. COMMUNITY OF LA OROYA V. PERU. August 5, 2009. Organização dos Estados Americanos, Convenção Americana de Direitos Humanos, Nov. 22, 1969, O.A.S.T.S. No. 36, 1144 U.N.T.S. 123, art. 46.2.

<i>CIDH</i>	<p>Resolução 3/08, dispõe sobre “Direitos Humanos dos Migrantes, Normas Internacionais e Diretiva Europeia sobre Retorno” Disponível em:</p> <p>http://cidh.oas.org/Resoluciones/Resoluci%C3%B3n%2003-08%20PORT.pdf</p>
<i>CIDH</i>	<p>1. OEA/Ser.L/V/II. CIDH/RELE/INF. 9/12 7 de março de 2011 O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO MARCO JURÍDICO INTERAMERICANO, Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão Comissão Interamericana de Direitos Humanos.</p>
<i>ONU</i>	<p>Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados da ONU</p>

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

<i>Clonalia</i>	Federação de Clonalia
<i>CCA, ONG</i>	Climate Change Action
<i>CIDH, Comissão</i>	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
<i>CtIDH, Corte</i>	Corte Interamericana de Direitos Humanos
<i>CNE</i>	Comitê Nacional de Especialistas
<i>CRC</i>	Comunidade Rural de Candela
<i>Marsili</i>	República do Marsili
<i>MRE, Órgão</i>	Ministério das Relações Exteriores
<i>GEEs</i>	Gases do Efeito Estufa

1 DECLARAÇÃO DOS FATOS

- 1) A Federação de Clonalia é uma República Federativa formada pela união indissolúvel de 34 estados, que se define pelos princípios da soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana.
- 2) A controvérsia posta à apreciação desta ínclita CtIDH pela CCA diz respeito a 23 famílias pertencentes à CRC que, de maneira a burlar os procedimentos de registro de imigração para entrada no território soberano da Federação, viajaram em Outubro de 2013 de bote¹ da República do Marsili até Clonalia. Não obstante, após seu posterior estabelecimento, apenas em 13 de Janeiro de 2014, os migrantes ilegais apresentaram petição ao MRE², rogando à Federação de Clonalia que reconhecesse seu status de refugiados ambientais, com base na Lei 715 de 1989.
- 3) O MRE, contudo, em 28 de Fevereiro de 2014, determinou que não consideraria a solicitação dos migrantes devido à sua situação de ilegalidade no território combinado com o fato de que o pedido de refúgio se baseou em questões ambientais, e não de migrações, isto é, a petição era manifestamente inepta.
- 4) Destarte, em 5 de Março, o MRE determinou a detenção das 23 famílias com o fito de iniciar o processo de deportação dos migrantes ilegais para a República do Marsili. Estes, contudo, tentaram evadir-se do mandado de prisão; alguns refugiaram-se na embaixada da República do Marsili. Em 8 de Março de 2014, a CCA apelou da decisão do MRE por não conceder o status de refugiados aos migrantes; em 10 de Março, o órgão ministerial reconfirmou sua decisão anterior reiterando sua fundamentação.
- 5) Em razão da crescente tensão política que se desenvolvia, o Presidente da Federação de Clonalia, em 9 de Maio de 2014, nomeou o CNE para apresentar uma proposta levando em conta os possíveis vínculos futuros entre assuntos de migrações, mudanças climáticas e degradação ambiental, optando ulteriormente sobre se a solicitação dos nacionais do Marsili deveria ser atendida ou não.

¹Competição Interamericana de Direito Sustentável. 5ª Edição. Caso Hipotético, p. 11, § 47.

²Op. Cit. § 48.

- 6) O referido comitê entregou em 7 de Julho do mesmo ano sua proposta ao MRE, defendendo a decisão já tomada pelo órgão. Contudo, por razões de segurança nacional, o Governo Federal optou por não publicar imediatamente o relatório, tendo em vista a possível instabilidade social e diplomática que poderia provocar.
- 7) Todavia, a CCA tentou através do seu direito de petição ao MRE, obter o texto da proposta do CNE, e seu pedido foi negado, novamente baseado em fundamentos de segurança nacional. A CCA apelou da decisão, que foi negada por um juiz administrativo, sob os fundamentos de que “as informações sobre assuntos de migrações estão vinculadas diretamente às questões de segurança nacional e, portanto, o conteúdo ambiental das conclusões do Comitê perde valor legal para o interesse público que deve ser protegido”³.
- 8) Surpreendentemente, a CCA, considerando que havia esgotado a jurisdição interna de Clonalia, apresentou-se perante à CIDH, alegando violações aos direitos humanos dos migrantes, nos termos dos arts. 4, 5, 8, 13, 21, 22, 25 e 26 da CADH e do Art. 11 do Protocolo Adicional de San Salvador.
- 9) A CIDH acolheu a representação da CCA, e concedeu medidas cautelares devido a considerar essa uma situação de necessidade. A Comissão também solicitou à CIDH que “demande da Federação da Clonalia alterar suas leis nacionais para estabelecer uma política de assistência necessária para compensar os membros da CRC e oferecer parte do seu território aos refugiados ambientais que deverão abandonar a ilha que está afundando”.
- 10) A Federação de Clonalia, na sua resposta à petição, argumentou que no atual Sistema Americano de Direitos Humanos, não existe obrigação de conceder asilo nem situação de refugiado a nacionais de nenhum outro Estado; também propôs objeção preliminar – nos termos do art. 38 do

³Op. Cit., p. 14,§59.

Regulamento da CtIDH – *ratione materiae* em razão da alegação de violação ao direito ao meio ambiente saudável⁴, que é um direito autônomo, não sendo judicializável perante esta CtIDH.

11) Porém, de maneira a sobressaltar a Federação de Clonalia, em 15 de outubro de 2014, no Relatório de Mérito n.º 11/14, a CIDH rejeitou a objeção preliminar apresentada e impôs uma série de recomendações ao Estado, dentre elas a alteração da legislação nacional do país para tratar do assunto de mudanças climáticas e a retificação da situação dos migrantes da CRC.

12) A seguir, a mesma Comissão, alegando demora na resposta da Federação de Clonalia às suas recomendações, decidiu por submeter o caso à esta egrégia CtIDH.

13) À vista disso, os representantes do Estado pretendem provar, aduzindo todos os fatos, provas e fundamentos admitidos em Direito, que a Federação de Clonalia respeitou não só as normas do Sistema Interamericano de Direitos Humanos como suas normas internas no exercício da sua soberania, imperativo de *ius cogens*⁵; pretendem também desacreditar os argumentos dos peticionários que sejam artificiosos, e demonstrar que a jurisdição interna não foi completamente esgotada, somente a administrativa, haja vista a ausência do controle de constitucionalidade pela Corte Suprema da Federação de Clonalia. Mas antes de tudo, pretendem uma solução pacífica e satisfatória para ambas as partes do litígio.

2 QUESTÕES PRELIMINARES

2.1 Do não esgotamento dos recursos disponíveis na jurisdição interna e da vedação

à 4ª Instância

14) É de competência da CtIDH o conhecimento de casos relativos à aplicação das disposições da CADH que lhe sejam submetidos à apreciação quando uma parte signatária da referida convenção – que reconheça a jurisdição da CtIDH por declaração ou convenções especiais – supostamente viola os preceitos contidos nela.

⁴Protocolo Adicional de San Salvador, Art. 11.

⁵Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 5ed, rev., atual e ampliada. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2011.

15) É importante ressaltar que a Federação de Clonalia, buscando atingir os preceitos contidos na CADH e a proteção dos direitos humanos, ratifica a referida convenção e reconhece a jurisdição desta eminente Corte.

16) Isto posto, o Estado deve ter a oportunidade de reparar uma violação de direito através dos seus mecanismos de jurisdição própria antes de ser acionado internacionalmente⁶.

17) Destarte, para uma denúncia perante à CIDH ser válida, os recursos disponíveis na jurisdição interna do Estado em questão devem estar completamente esgotados – art. 46.1.a da CADH -, isto é, os mecanismos de reparação de violação devem ter falhado, em última instância. A constatação do não esgotamento, conforme entendimento da própria Comissão, acarreta a rejeição por inadmissibilidade – conforme o art. 47.1.a da CADH - da denúncia e o arquivamento da mesma⁷, sem mais medidas a serem adotadas.

18) Primordial também ressaltar que a detenção que se submeteu aos migrantes ilegais é parte do processo de deportação, e também é sujeita à apelação. Contudo, em nenhum momento da controvérsia a CCA provocou a jurisdição nesse respeito⁸, não havendo também esgotamento dos recursos cabíveis.

19) Embora a CCA tenha realizado o pedido de refúgio e apelado deste, e, ainda, peticionado para ter acesso ao texto da proposta do CNE e apelado da decisão que o indeferiu, em nenhum momento houve provocação à Corte Suprema de Clonalia para que analisasse a constitucionalidade das decisões que negaram os requerimentos da CCA. A Suprema Corte tem suas competências definidas pela Constituição da Federação de Clonalia, que determina que ela pode, apenas quando

⁶ GOMES, Luiz Flávio Gomes e PIOVESAN, Flávia. **O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro**, Editora Revista dos Tribunais, pg. 72, §2.

⁷ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **O Esgotamento dos recursos internos e a evolução da noção de “Vítima” no Direito Internacional dos Direitos Humanos**, pg.20. Apresentado sobre a forma de conferência, no IV Curso Interdisciplinar de Direitos Humanos, no Instituto Interamericano de Direitos Humanos, em San Jose, Costa Rica. 22/08/1986.

⁸ **Competição Interamericana de Direito Sustentável**. Esclarecimento sobre as Regras e Caso Hipotético. Esclarecimento à pergunta 29, p.6.

provocada, interpretar a o texto constitucional e determinar a constitucionalidade dos atos dos poderes Legislativo e Executivo⁹.

20) O entendimento consolidado da CtIDH é claro no sentido de que deve haver esgotamento dos recursos jurisdicionais efetivos, conforme o art. 46.1.a da CADH. O mesmo posicionamento foi manifestado pela Corte em outras ocasiões¹⁰. Destarte, o Estado roga à benemérita CtIDH que o mérito do presente caso sequer seja conhecido, haja vista que ainda pendem recursos efetivos dentro da jurisdição da Federação de Clonalia, com os quais a controvérsia poderia ser dirimida com a devida obediência aos arts. 8 e 25 da CADH.

21) Assim sendo, a Corte não deve julgar o feito, haja vista sua incompetência por não haver o esgotamento dos recursos cabíveis na jurisdição interna.

22) Ainda que esta corte reconheça que houve o esgotamento dos recursos disponíveis na jurisdição interna de Clonalia, há que se atentar para a vedação da fórmula da 4ª instância; insta salientar que a proteção desempenhada pelos órgãos internacionais tem caráter apenas subsidiário¹¹; logo, a CtIDH não tem natureza de Tribunal de Apelação ou Cassação¹² das decisões exaradas pelos sistemas judiciais de direito interno. Assim, mesmo que o resultado não seja favorável para a parte postulante, se respeitado o devido processo legal e as garantias judiciais, a CtIDH entende¹³ que não se deve fazer julgamento de valor acerca da justiça da decisão ou apurar eventuais irregularidades processuais¹⁴. Destaca-se também que o exercício da jurisdição

⁹Op. Cit. Esclarecimento à pergunta 12, p.3.

¹⁰Cf. *Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Exceções Preliminares*. Sentença de 26 de junho de 1987. Série C N° 1, par. 85, e *Caso Furlan e Familiares Vs. Argentina. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas*. Sentença de 31 de agosto de 2012. SérieC N° 246, par. 23.

¹¹PASQUALUCCI, Jo M. *The Practice and Procedure of the Interamerican Court of Human Rights*.Cambridge: Cambridge University Press. 2003.

¹²C.I.D.H., Informe 87/98, **Caso 11.216, Oscar Vila-Mazot**, Venezuela, 12 de outubro de 1998, par. 17 “(...) não pode revisar as sentenças decretadas pelos tribunais nacionais que atuem na esfera de sua competência e apliquem as devidas garantias judiciais, a menos que se tenha cometido uma violação da Convenção Americana”.

¹³C.I.D.H., **Informe N° 103/06, José Luís ValdézPineda vs. México**. 21 de outubro de 2006. § 37. “não pode analisar as valorações e irregularidades das decisões judiciais, assim como as interpretações de normas processuais do direito interno de cada Estado, com efeito de determinar se estas foram ou não corretamente aplicadas pelos tribunais internos”.

¹⁴ C.I.D.H., Informe n° 39/96, **Caso 11.673, Santiago Marionivs Argentina**, 15 de outubro de 1996, §51.

nacional supramencionada é clara expressão do exercício da soberania de um Estado, princípio imperativo do Direito Internacional.

23) No célebre caso *Clifton Wright vs Jamaica*¹⁵, no qual um preso condenado à morte alegava ser vítima de um erro judicial por um assassinato que supostamente não havia cometido, a própria CIDH manifestou entendimento no sentido de não ser um órgão quase-judicial, de não ter o fulcro de realizar uma revisão das decisões dos órgãos nacionais.

24) Desta forma, esta CtIDH deve reconhecer sua incompetência para julgar o presente, pois não possui caráter de corte revisional ou tribunal de apelação para questões internas.

2.2 Da Incompetência *ratione materiae* da CtIDH

2.2.1 Quanto ao Art. 11 do Protocolo Adicional de San Salvador

25) A Federação de Clonalia foi acusada de ter violado o Direito ao Meio Ambiente Sadio, preceito contido no art. 11 do PSS, em razão da suposta falha em agir diante das décadas de indícios sobre as consequências climáticas dos GEEs¹⁶.

26) Há de se destacar que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos foi o primeiro a consagrar o Direito ao Meio Ambiente Sadio como um Direito Humano através do supramencionado Protocolo Adicional.

27) Contudo, do conteúdo do documento em questão, apenas os direitos sindicais e à educação são judicializáveis perante a CtIDH, conforme o art. 19.6 do próprio PSS enuncia. Por consequência, tanto esta preclara Corte¹⁷ quanto a Comissão¹⁸ somente admitem tratar o direito

¹⁵C.I.D.H., 29/88, **Caso 9260, Clifton Wright vs. Jamaica**, 14 de setembro de 1988, “Não é a função da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, atuar como órgão quase-judicial de quarta instância e rever as decisões dos tribunais nacionais dos Estados-membros da OEA. O papel da Comissão Interamericana de Direitos Humanos está agindo com base em queixas que lhe são apresentadas em conformidade com os artigos 44 a 51 da Convenção Americana, os atos dos estados que optaram por tornar-se partes na Convenção”.

¹⁶**Competição Interamericana de Direito Sustentável**, 5ª Edição. Caso Hipotético, p. 14, § 63.

¹⁷Corte IDH. **Caso Comunidad Indígena Xarmok Kasek v. Paraguay**, §86. **Caso de Los Niños de La Calle v. Guatemala** §144. CIDH. **Caso de La Comunidad La Oroya v. Peru**. Relatório n° 76/2009, de 05 de agosto de 2009. Petição 1473-06, §3.

¹⁸CIDH. **Comunidad La Oroya v. Peru**. Admissibilidad. 5 de agosto de 2009, §54. “Aunque en virtud del artículo 29 de la Convención Americana, estas disposiciones pueden ser tomadas en cuenta para determinar el alcance y contenido de la Convención Americana, la Comisión reitera que no tiene competencia para pronunciarse sobre instrumentos aprobados

humano ao meio-ambiente sadio se for alegado de forma indireta ou vinculada a outros direitos humanos da CADH.

2.2.2 Da inexistência de tratado que albergue o direito ao refúgio ambiental

28) O conceito de refugiado ambiental¹⁹ tem raízes doutrinárias que datam da segunda metade do século XX²⁰; a ONU, através do PNUMA, também já reconheceu a existência desta espécie de refúgio, definindo os refugiados ambientais como pessoas "obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente a zona onde tradicionalmente viviam, devido ao visível declínio do ambiente, perturbando a sua existência e ou a qualidade da mesma de tal maneira que a subsistência dessas pessoas entrasse em perigo". No conceito de refugiado ambiental, está ausente o clássico elemento da perseguição no refúgio tradicional, e deve haver nexo de causalidade obrigatório entre a causa ambiental e o fluxo de refugiados ambientais.

29) Similarmente, o Tribunal de Imigração e Proteção da Nova Zelândia, em 4 de Junho de 2014, emitiu decisão sobre caso em que a solicitação de refúgio de uma família de Tuvalu versava sobre o tema do refúgio ambiental. Embora a mídia tenha marcado o episódio como o primeiro reconhecimento legal do termo "refugiado ambiental", o Tribunal decidiu conceder a situação de refugiados devido aos laços de família que os indivíduos em questão possuíam na Nova Zelândia, sem reconhecer ou criar qualquer precedente ou obrigação acerca de um possível refúgio ambiental.

30) Embora seja possível fazer rica digressão doutrinária sobre o assunto, fato é que não há tratado internacional no Sistema Interamericano de Direitos Humanos que albergue o direito ao refúgio por razões ambientais; como acima supramencionado, o conceito se diferencia da noção

fuera del ámbito regional del Sistema Interamericano. Encunto al Protocolo de San Salvador, la Comisión reitera que el artículo 19.6 de dicho tratado consagra una cláusula limitada de competencia para que los órganos del Sistema Interamericano puedan pronunciarse sobre peticiones individuales relacionadas con los derechos consagrados en los artículos 8 a) y 13.”

¹⁹ Sobre o tema, ver: 60 anos de ACNUR : perspectivas de futuro / André de Carvalho Ramos, Gilberto Rodrigues e Guilherme Assis de Almeida, (orgs.). — São Paulo : Editora CL-A Cultural, 2011.

²⁰ BLACK, Richard. **Environmental Refugees: myth or reality?** Working Paper n°. 34, March, 2001. In: <<http://www.unhcr.ch>>. Acesso em: 19 de out. 2008, p. 1. JACOBSON, Jodi. **Environmental Refugees: a Yardstick of Habitability**. World Watch Paper n°. 86, Washington, D.C.: World Watch Institute, 1988.

clássica de refúgio preceituada pelo art. 22.7 da CADH, e não há salto hermenêutico que a enquadre dentro da proteção oferecida pelo Sistema Interamericano.

31) Dessa forma, propugna-se que a CtIDH não tem competência para julgar a respeito da matéria, pois não diz respeito à sua jurisdição um direito não albergado por tratado internacional assinado e ratificado pelos Estados-parte e judicializável perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

2.3 Da Incompetência *ratione personae* da CtIDH em razão da não individualização das vítimas quanto às alegações de violação à Integridade Pessoal (art. 5 da CADH) e Liberdade Pessoal (art. 7 da CADH), a teor do art. 35 do Regulamento da CtIDH

32) Na presente demanda, a CCA e a CIDH consideraram que houve violação ao direito à integridade pessoal e pretende examinar suposta violação à liberdade pessoal²¹.

33) O Regulamento da Comissão, em seu art. 23, determina que qualquer pessoa, grupo de pessoas ou ONG reconhecida em um ou mais Estados-membros da Convenção podem apresentar petições à CIDH; contudo, quando se trata de violação a direitos individuais, como requisito de admissibilidade das petições, requer a designação e individualização das vítimas, em cada caso. Malgrado exista esse requisito, a Comissão submeteu à jurisdição da CtIDH denúncia na qual está ausente a individualização, assim como requerido pelo art. 35 do Regulamento da Corte.

34) Embora existam casos em que a Corte tenha aceitado denúncias nas quais estavam ausentes a individualização²², é indispensável que ela exista no presente feito, já que o que a CCA

²¹ **Competição Interamericana de Direito Sustentável**. 5ª Edição. Caso Hipotético, p. 14, § 65 e §63.

²² Corte IDH. **Caso Instituto de Reeducación Del Menor vs. Paraguay**. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 2 de septiembre de 2004. Serie C No. 112, §102. Outro exemplo é **Case of Radilla Pacheco v. Mexico**, Prior Considerations. Determination of the alleged victims in the present case, §108. “The Court has established that the alleged victims must be established in the application and in the Commission’s report according to Article 50 of the Convention. Additionally, pursuant with Article 34(1) of the Rules of Procedure, the Commission, and not this Tribunal, shall identify with precision and at due procedural time, the alleged victims in a case before this Court”. Corte IDH. **Caso Masacre de Mapiripán vs. Colombia**. Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 15 de setembro de 2005. Serie C No. 134, §247: “...Si bien las aproximadamente 49 víctimas reconocidas por El Estado, así como los familiares de éstos, hayan sido o identificados o individualizados, serán beneficiarios de otras formas de reparación y/o de las indemnizaciones que se fijen por daño sin materiales, por falta de información la Corte se abstiene de ordenar indemnizaciones por concepto de daño material a favor de las víctimas y los familiares no individualizados o identificados en este proceso...”

e a CIDH buscam é a responsabilização da Federação de Clonalia pelas alegadas violações. Ausentes os requisitos de admissibilidade da denúncia, abre-se espaço temerário para a insegurança jurídica e falta de razoabilidade e equidade processual, princípios regentes do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

35) Desta feita, esta magnífica Corte não possui competência *ratione personae*, não cabendo a ela julgar os pedidos relativos à suposta violação de direitos individuais, como o direito à integridade e liberdade pessoal, ambos garantidos na CADH.

3 DO MÉRITO

3.1 Da não violação dos direitos à integridade pessoal (art. 5 da CADH) e liberdade pessoal (art. 7 da CADH)

36) No pesar das acusações movidas pela CCR, a Federação de Clonalia não faltou com a observância aos direitos dos integrantes da Comunidade de Candela, tendo pautado a sua atuação no estrito cumprimento de sua legislação interna e dos tratados internacionais de direitos humanos.

37) Toda detenção constitui, por natureza, uma forma de restrição da liberdade que pode ser legalmente exercida pelos estados se realizada dentro dos moldes previstos nas leis internas e tratados internacionais cabíveis.

38) Uma vez que os integrantes da CRC se furtaram as autoridades fronteiriças e não lograram obter vistos de entrada, estes foram considerados imigrantes irregulares após falharem na obtenção do status de refugiados, tendo se iniciado o procedimento legal de deportação.

39) Após a individualização dos integrantes da comunidade²³ e o seu aviso prévio²⁴, foi ordenada a detenção das famílias, a qual se deu sem o infortúnio de feridos ou fatalidades²⁵.

40) Tal decisão foi fundamentada em um mandado de prisão²⁶ expedido por autoridade competente, conforme prevê a Convenção, em seus artigos 7.2 e 7.3,:"Ninguém pode ser privado de

²³ **Competição Interamericana de Direito Sustentável.** Esclarecimento sobre as Regras e Caso Hipotético. Esclarecimento à pergunta 3, p.2.

²⁴ Op. Cit. O informe dos indivíduos a serem detidos faz parte integrante do procedimento de detenção para garantir a deportação.

²⁵ Op. cit. Esclarecimento à pergunta 43, p. 7.

sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas Constituições políticas dos Estados-partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas.²⁷,bem como"Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários"²⁸.

41) Sendo o MRE o órgão legalmente competente para tratar de matéria migratória, não há como se falar em configuração de violação ao art. 7.2.

42) Em relação à arbitrariedade das detenções, em *Lopez Álvarez vs Honduras*, a Corte entendeu que "O artigo 7.3 da Convenção proíbe a detenção ou encarceramento por métodos que podem ser legais, mas que, na prática, não são razoáveis ou carecem de proporcionalidade. Além disso, a detenção poderá se tornar arbitrária se, em seu curso, ocorreram fatos atribuíveis ao Estado que sejam incompatíveis com o respeito aos direitos humanos do detido".²⁹

43) A decisão pela detenção não foi desproporcional e nem arbitrária, visto que se fundamentou nas conjunturas migratórias contemporâneas de Candela e nas particularidades do caso.

44) Atualmente, Candela vem vivenciando um enorme influxo de imigrantes oriundos do êxodo de Marsili, recebendo quase 70% desse total.³⁰ Desta forma do tratamento legal aos imigrantes originários da nação vizinha um tema de enorme importância para a segurança nacional de Clonalia, o que forçou as autoridades locais a implementar um sistema de vistos de entrada para nacionais de Marsili, de forma a ordenar o caótico influxo de migrantes que ameaça a nação.

45) A dura realidade da situação migratória contemporânea tem forçado aos funcionários do MRE a preferir cada vez mais a detenção de migrantes irregulares no lugar de medidas menos extremas. A detenção dos imigrantes irregulares vem se mostrando como a medida mais indicada para se assegurar o cumprimento do sistema de imigração nacional.

²⁶**Competição Interamericana de Direito Sustentável.** Caso Hipotético. § 53, p. 12.

²⁷ CADH, Art. 7.2

²⁸ CADH, Art. 7.3

²⁹**Caso Lopez Álvarez vs Honduras**, par. 66. Cf. **Caso García Asto e Ramírez Rojas**, nota 7 supra, par. 105; **Caso Palamara Iribarne**, nota 15 supra, par. 215. **Caso Acosta Calderón**, nota 18 supra, par. 57.

³⁰**Competição Interamericana de Direito Sustentável.** Caso Hipotético. § 22, p. 6

- 46) Foi realizada a individualização das características dos imigrantes em momento anterior à expedição dos mandados de prisão em questão³¹, não se tratando de uma deportação coletiva ³², mas de uma medida ponderada.
- 47) Ainda que rígidas, as detenções se deram de forma fundamentada e dentro dos moldes legais, estando englobadas no exercício legal da soberania dos estados em controlar o acesso ao seu território.
- 48) Deve-se ressaltar que não se trata de um caso criminal, mas tão somente do procedimento civil de deportação de imigrantes irregulares, de forma que os integrantes da Comunidade não estão sujeitos as mesmas garantias que no sistema judicial criminal. Ou seja, tendo sido negada a petição de refúgio, faz-se possível a sua detenção temporária para fins de deportação³³, decisão é reforçada pela ausência de tentativas de obtenção de vistos por parte dos acusados.
- 49) Em diversas ocasiões, a Corte entendeu que "a pessoa ilegalmente detida se encontra em uma situação agravada de vulnerabilidade, da qual surge um risco certo de que lhe sejam violados outros direitos, como o direito à integridade física e a ser tratada com dignidade"³⁴
- 50) Não se verificou qualquer indício de que os membros da CRC foram submetidos a condições incompatíveis com a sua dignidade pessoal³⁵, que suas necessidades materiais foram ignoradas, ou que tenha ocorrido quaisquer maus-tratos ou outras ilegalidades como a tortura e o isolamento desproporcional.

³¹ **Competição Interamericana de Direito Sustentável**. Esclarecimento sobre as Regras e Caso Hipotético. Esclarecimento à pergunta 3, p.2

³² **Caso NadegeDorzema e outros vs. República Dominicana**. Sentença de 24 de Outubro de 2012, par 171.

³³ Sobre a possibilidade de deportação de estrangeiros em permanência irregular Comitê de Direitos Humanos. Observação Geral nº 15 relativa à situação dos estrangeiros com respeito ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Aprovada no 27º período de sessões. 1986, par. 9:" deve cumprir as seguintes garantias: i) apenas se poderá expulsar um estrangeiro em cumprimento à uma decisão adotada conforme a lei, e ii) deve-se facultar ao estrangeiro a possibilidade de: a) expor as razões que o defendam contra sua expulsão; b) submeter seu caso à revisão perante a autoridade competente, e c) fazer-se representar com tal fi m perante elas".

³⁴ **Caso Tibi**, nota 80 supra, par. 147; **Caso Irmãos Gómez Paquiyauri**. Sentença de 8 de julho de 2004. Série C Nº 110, par. 108, e **Caso MaritzaUrrutia**. Sentença de 27 de novembro de 2003. Série C Nº 103, par. 87

³⁵ Cf. **Caso Bulacio**, pars. 126 e 138, nota 56 supra; **Caso Hilaire, Constantine e Benjamin e outros**. Sentença de 21 de junho de 2002. Série; C Nº 94, par. 165; e **Caso Cantoral Benavides**. Sentença de 18 de agosto de 2000. Série C Nº 69, par. 87.

- 51) Já em relação ao tratamento dispensando às crianças e aos adolescentes, a Corte entendeu em *Pacheco Tineo vs Bolivia* que estas não devem ser tratadas enquanto meros acessórios dos direitos de seus pais³⁶, a serem penalizadas nos mesmos moldes que os seus responsáveis legais.
- 52) Tal situação não ocorreu no caso em tela, visto que, diferente do caso *supra*, os menores e idosos se encontram em situação legal equivalente à de seus familiares, tendo todos procedido de maneira igual no tocante a sua entrada no território e em suas petições.
- 53) Conforme o artigo 5.5 da Convenção: "Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento".
- 54) No tocante a este sensível tema, as autoridades nacionais optaram por proceder com a detenção conjunta das famílias de forma a se respeitar o princípio da união familiar³⁷ e evitar o estresse psicológico que naturalmente decorreria da separação das famílias.
- 55) Por se tratar de um grupo coeso oriundo uma mesma comunidade rural, a fragmentação do grupo representaria um agravante do temor usual de uma detenção.
- 56) Considerando que a separação dos menores e idosos de suas famílias só deveria se dar como último recurso; a base fática particular do caso e as atuais condições migratórias excepcionais, mostrou-se mais apropriado manter as famílias unidas.
- 57) Conforme decidido em *Vélez Lóor Vs. Panamá* 38 , a detenção de pessoas por descumprimento das leis migratórias nunca deve ser feita com fins punitivos, mas tão somente para garantir o comparecimento da pessoa ao processo migratório ou para garantir a aplicação de uma ordem de deportação.

³⁶*Pacheco Tineo Family v. Bolivia*, Judgment of November 25, 2013. Series C No. 272, Par. 228.

³⁷ Cf. ACNUR. *Manual de Procedimentos e Critérios a Aplicar para Determinar o Estatuto do Refugiados – de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao ACNUR. Nota de orientação sobre extradição e proteção internacional de refugiados*. Genebra, 2008.

³⁸ Cf. *Caso Vélez Lóor Vs. Panamá*, *supra*, pars. 163 a 172

58) As detenções só se deram após a decisão pela improcedência da concessão do status de refugiado aos membros da Comunidade³⁹, de forma que todos os envolvidos já se encontravam sujeitos ao procedimento de deportação⁴⁰; houve a prévia informação dos envolvidos⁴¹; esta não se deu de forma violenta⁴²; e, conforme desenvolvido no ponto abaixo, os detidos tiveram o seu direito às garantias judiciais resguardado, estas se deram de forma eminentemente legal.

3.2 Da não violação ao Direito às Garantias Judiciais (art. 8 da CADH)

59) A República de Clonalia defende a retidão de suas ações no tocante a observância das garantias judiciais das famílias de Candela durante a análise de suas petições e na sua passagem pelos procedimentos administrativos de deportação.

60) Inicialmente, deve-se ressaltar que a concessão de status de refugiado foi indeferida devido a sua inépcia e ausência de mérito⁴³, visto a sua fundamentação em questões ambientais alheias à matéria migratória, a qual não é prevista nos tratados sobre o direito de refúgio. Tendo a posterior apelação da decisão do MRE se dado sob os mesmos fundamentos, esta só pôde ter sido imediatamente julgada improcedente⁴⁴.

61) Os representantes das famílias não exerceram o seu ônus de questionar a legalidade das detenções⁴⁵ e sequer formularam pedido perante a Corte Suprema de Clonalia acerca da legalidade das decisões do MRE no tocante a concessão de refúgio ou asilo, em flagrante não exercício do seu ônus de petição.

62) Frente a tais fatos, resta claro o não esgotamento dos recursos internos perante a jurisdição nacional e que a inépcia da CCE em defender os interesses das famílias, não pode ser considerada enquanto responsabilidade do Estado.

³⁹ **Competição Interamericana de Direito Sustentável.** Caso Hipotético. § 52 e §53, p.12.

⁴⁰ **Competição Interamericana de Direito Sustentável.** Esclarecimento sobre as Regras e Caso Hipotético. Esclarecimento à pergunta 3, p.2: notificação dos indivíduos juntamente com a das autoridades para a detenção.

⁴¹ Op. Cit.. Esclarecimento à pergunta 3, p.2: notificação dos indivíduos juntamente com a das autoridades para a detenção.

⁴² Op. Cit. Esclarecimento à pergunta 43, p.7.

⁴³ **Competição Interamericana de Direito Sustentável.** Caso Hipotético. § 52 , p.12.

⁴⁴ Op. Cit. § 55, p. 13.

⁴⁵ **Competição Interamericana de Direito Sustentável.** Esclarecimento sobre as Regras e Caso Hipotético. Esclarecimento a Pergunta 29, p.6.

63) Ao se alegar o não esgotamento dos recursos internos, a Corte entende que: 1 – recai sob o Estado o ônus de demonstrar quais foram os recursos não empregados⁴⁶; 2 – comprovar que os recursos disponíveis eram adequados (legalmente aptos a remediar as violações alegadas) e efetivos (capazes de produzir o resultado para o qual foram concebidos)⁴⁷.

64) Ora, uma vez que os recursos movidos pela CCE se mostraram materialmente ineptos, não há que se falar na ineficácia dos recursos possíveis; a legislação nacional prevê diversos recursos e medidas que não foram utilizados⁴⁸; e, por fim, não há como se falar na não efetividade dos recursos quando apenas uma apelação contra o indeferimento da permanência dos detidos em Clonalia foi indeferida.

65) Adicionalmente, a CADH prevê três exceções aos requisitos gerais de esgotamento, notadamente, a) inexistência do devido processo legal na legislação nacional; b) obstáculo aos recursos da jurisdição interna; e c) demora injustificada na decisão dos recursos.⁴⁹

66) Novamente, nenhuma dessas possibilidades ocorreu no caso em questão; pelo contrário, o devido processo legal interno foi corretamente cumprido, não sendo apresentados obstáculos a quaisquer recursos e todas as decisões se deram de forma célere.

67) Não houve uma restrição ao direito de recorrer às sentenças expedidas pelo MRE em abstrato, mas sim o seu não recebimento por vício completo de suas alegações, de forma que o direito as garantias e proteções judiciais restou preservado ainda que a pretensão dos autores tenha restado insatisfeita.

⁴⁶ Corte IDH. **Caso Cantoral Benavides v. Peru**. Preliminary Objections. Judgment of September 3, 1998. Series C No. 40, § 31; Corte IDH. **Caso Castillo Páez v. Peru**. Preliminary Objections. Judgment of January 30, 1996. Series C No. 24, § 40; Series C No. 3, § 90; Corte IDH. **Caso Velásquez Rodríguez v. Honduras**. Preliminary Objections. Judgment of June 26, 1987. Series C No. 1, § 88.

⁴⁷ Corte IDH. **Caso Velásquez Rodríguez v. Honduras**. Preliminary Objections. Judgment of June 26, 1987. Series C No. 1 § 62-3.

⁴⁸ Apelação sobre a legalidade das prisões, ação perante a Corte Suprema e pedido administrativo de vistos.

⁴⁹ Organização dos Estados Americanos, Convenção Americana de Direitos Humanos, Nov. 22, 1969, O.A.S.T.S. No. 36, 1144 U.N.T.S. 123, art. 46.2.

68) Ademais, não existem indícios de ilegalidades como a recusa em informar os acusados das sentenças de seu caso ou a não apresentação dos detentos perante autoridade competente, os quais possuem acesso a defensores públicos⁵⁰ e à serviços consulares⁵¹.

69) De toda maneira, visando a melhor proteção das famílias de forma que não se sacrifique os interesses nacionais de Clonalia, com a criação de um precedente pela recepção de todo e qualquer cidadão de Marsili sob o título de refugiado ambiental, o que seria desastroso para a nação, o Estado se mostra disposto oferecer um acordo pela permanência das famílias em seu território, com a concessão de vistos de residência em carácter excepcional e auxílio moradia em carácter provisional.

3.3 Da não violação do Direito à Liberdade de Expressão e Acesso à Informação (art. 13, CADH)

70) O artigo 13 prevê duas vertentes de liberdade de expressão⁵²: a liberdade de se expressar em si e o direito de acesso a informações⁵³, principalmente no que tange ao acesso de informações pessoais necessárias para o exercício de outros direitos protegidos pela Convenção.

71) No entanto, esse direito pode ser legalmente restringido pela necessidade de defesa do interesse público⁵⁴, o qual deve ser maior do que o interesse privado de obtenção das informações, devendo ser realizada uma ponderação caso a caso⁵⁵.

72) É facilmente identificado no caso a ausência de qualquer restrição à liberdade de expressão em si das famílias. No entanto a CCA se manifestou por entender que a não divulgação

⁵⁰Op. Cit. Esclarecimento a pergunta 40.

⁵¹ Cf. **Caso Acosta-Calderón v. Ecuador**. Julgamento de 24 de junho, 2005, par 125.

⁵² Cf. .Case of López Álvarez. Judgment of February 1, 2006. Series C No. 141, para. 163

Case of Ricardo Canese. Judgment of August 31, 2004. Series C No. 111, paras. 77

Case of Ivcher Bronstein. Judgment of February 6, 2001. Series C No. 74, paras. 146

⁵³ Corte IDH. **Case of “The Last Temptation of Christ” (Olmedo-Bustos et al.) v. Chile**. Judgment of February 5, 2001.(Merits, Reparations and Costs). §66.

Corte IDH. **Case of Fontevecchia and D’Amico v. Argentina**. Judgment of November 29, 2011 (Merits, Reparations, and Costs), §16.

⁵⁴ Corte IDH. **Caso López Álvarez vs. Honduras**. Sentença de 1º de fevereiro 2006, par. 165.

⁵⁵Corte IDH. **Caso Kimel Vs. Argentina**. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 2 de mayo de 2008 Serie C No. 177.

da proposta do CNE por motivos de segurança nacional representaria uma violação ao direito de acesso a informações previsto no artigo 13.

73) Quanto à esta matéria, em regra, prevalece o princípio da máxima divulgação⁵⁶, do qual a Comissão extrai três requisitos⁵⁷: submissão a um limitado regime de exceções, a ser interpretado de forma rigorosa; motivação de toda decisão negativa de acesso a informações, com o ônus da prova recaindo sobre o estado; e por fim, prevalência do direito de acesso a informação em caso de dúvida ou lacuna legal.

74) O estado defende o cumprimento estrito de todos os requisitos para a manutenção do sigilo de tais informações: a) a exceção de acesso baseada em questões de segurança nacional é prevista tanto na legislação interna⁵⁸ quanto na Convenção Interamericana⁵⁹, estando dentro de um sistema limitado de exceções; b) a decisão do MRE em negar o acesso a proposta do CNE foi devidamente fundamentada na necessidade de evitar possíveis distúrbios políticos e sociais na nação, tendo em vista tão somente assegurar a segurança nacional; c) não foram levantadas dúvidas ou lacunas na lei, de forma que o sigilo se mostra perfeitamente legal.

75) De toda maneira, as decisões do MRE no tocante a possibilidade de refúgio devido a questões ambientais já foram lidas para o caso em questão, no que tange ao refúgio ambiental. Ainda que a proposta do CNE fosse favorável à sua causa⁶⁰, esta não possui qualquer poder de alterar retroativamente as decisões do órgão, tratando-se de um parecer consultivo que pode ou não vir a alterar as políticas migratórias nacionais.

⁵⁶Corte I.D.H., Caso Claude Reyes e outros Vs. Chile. Sentença de 19 de setembro de 2006. Série C, N° 151, § 92; CIDH. Relatório Anual 2003. OEA/Ser.L/V/II.118 Doc. 70 rev. 2. 29 de dezembro de 2003. Vol. II, Relatório da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. Capítulo IV, Relatório sobre Acesso à Informação no Continente, § 32

⁵⁷ OEA/Ser.L/V/II. CIDH/RELE/INF. 9/12 7 de março de 2011 O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO MARCO JURÍDICO INTERAMERICANO, Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão Comissão Interamericana de Direitos Humanos

⁵⁸ **Competição Interamericana de Direito Sustentável**. Esclarecimento sobre as Regras e Caso Hipotético. Esclarecimento a Pergunta 7, p.2.

⁵⁹ Convenção art. 13.2.b "O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito à censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para assegurar: b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas".

⁶⁰ **Competição Interamericana de Direito Sustentável**. Caso Hipotético. § 48, p.11.

3.4 Da não violação ao Direito de Propriedade Privada (art. 21 da CADH)

76) Não há base para qualquer acusação de desrespeito ao direito à propriedade dos detidos, visto que estes não tiveram os seus passaportes ou quaisquer outros bens materiais retidos, bem como não possuíam qualquer bem imóvel cujo direito de propriedade ou usufruto foi restringido.

77) No tocante à possibilidade de violação do artigo 21 devido à degradação ambiental do território onde se encontra a Comunidade de Candela, não há como identificar nexo de causalidade entre as emissões de GEEs por parte de Clonalia e as condições climáticas que assolaram os membros da CRC. O aumento das emissões de GEEs é um acontecimento global com origem nas atividades econômicas de todos os países, não sendo possível responsabilizar individualmente uma única nação. Na realidade, considerando que Clonalia tem sido o maior receptor de expatriados de Marsili, pode-se dizer que a nação já tem feito a sua parte para auxiliar a sua vizinha insular.

78) Toda e qualquer resposta para as questões ambientais globais deve se dar de forma voluntária dentro dos fóruns nacionais e internacionais adequados, faltando qualquer base jurídica para a responsabilização individual da Federação de Clonalia e não sendo possível uma condenação perante a Corte com base na violação do direito à propriedade.

3.5 Da não violação ao direito de Circulação e de Residência (art. 22 da CADH)

79) O artigo 22 da Convenção prevê os direitos e garantias a circulação e permanência legal nos territórios nacionais, bem como do direito de refúgio e da possibilidade de deportação.

80) Devido à entrada irregular dos membros da CRC, seu direito de circulação e residência não é o mesmo que aquele previsto para os imigrantes e visitantes regulares, o que não quer dizer que este seja inexistente.

81) Em se tratando de matéria de imigração, os estados não são obrigados a permitir a entrada de imigrantes⁶¹, não sendo o direito de migração uma parte integrante dos direitos humanos⁶²per

⁶¹Torres-Marengo, Verónica. *La migración en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos*. p.122, Universias, 41-76 (2011), par 49.

⁶²Op. Cit. par. 51.

si. Os estados nacionais são proibidos de restringir a saída de um indivíduo do país⁶³, mas o direito de entrar em um país no qual não se é cidadão está sujeito às restrições legais⁶⁴.

82) Os integrantes da Comunidade de Candela não se encontram sob qualquer perigo de perseguição ou instabilidades em seu país natal, inexistindo qualquer fundamento passível de justificar a concessão do status de refugiados. De certo as condições sócio econômicas de Marsili são preocupantes e requerem a atenção da comunidade internacional, sem significar, no entanto, que as leis de imigração de Clonalia possam ser desrespeitadas ou que se deva conceder o status de refugiado aos integrantes da Comunidade.

83) A Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 não estende o conceito de refugiado para migrantes deslocados por condições econômicas adversas⁶⁵, mas sim para aqueles que se encontrem sob o temor de sofrerem perseguição em seus países natais⁶⁶, tratando-se o caso, na realidade, de trabalhadores migrantes ilegais. Já a Convenção Interamericana, em seu art. 22.8, prevê que “Em nenhum caso o estrangeiro pode ser expulso ou entregue a outro país, seja ou não de origem, onde seu direito à vida ou à liberdade pessoal esteja em risco de violação em virtude de sua raça, nacionalidade, religião, condição social ou de suas opiniões políticas”. O princípio jurídico da não-devolução⁶⁷ (non-refoulement), extraído de ambos estes tratados e compreendido enquanto *ius cogens*, não foi violado, uma vez que, conforme considerações acerca das condições sócio-econômicas de Marsili, não se sobressai qualquer perigo para as famílias que não a falta de recursos econômicos.

⁶³Art. 22, CADH "Toda pessoa terá o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive de seu próprio país"

⁶⁴Op. Cit. "Toda pessoa que se encontre **legalmente** no território de um Estado tem o direito de nele livremente circular e de nele residir, em conformidade com as disposições legais"

⁶⁵Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, art. 1, c.

⁶⁶UN High Commissioner for Refugees (UNHCR), *UNHCR Note on the Principle of Non-Refoulement*, November 1997, available at: <http://www.refworld.org/docid/438c6d972.html> [accessed 2 February 2015].

⁶⁷UN High Commissioner for Refugees (UNHCR), *Advisory Opinion on the Extraterritorial Application of Non-Refoulement Obligations under the 1951 Convention relating to the Status of Refugees and its 1967 Protocol*, 26 January 2007

84) Considerando o status de imigrantes irregulares, o Estado se encontra em seu pleno direito de proceder com a sua deportação, ato que não o fez em virtude do seu respeito as medidas cautelares concedidas pela Comissão, e que se encontra disponível na proposta de acordo.

3.6 Da não violação ao meio ambiente sadio (art. 11, PSS) e ao desenvolvimento progressivo (art. 26, CIDH)

85) Aduz a CCA que a Federação de Clonalia violaria o artigo 11 do PSS por uma suposta falta de vontade da Federação para tomar medidas políticas e legais a fim de reduzir ou modificar seu modelo a respeito da poluição e emissões de GEEs⁶⁸.

86) Não merece prosperar o pleito contra o Estado de Clonalia no tocante a suposta violação ao direito a um meio ambiente sadio, haja vista que tal matéria não é judicializável nos termos do próprio PSS. Caso a alegação de suposta violação ao meio ambiente saudável fosse conhecida, deveria ser aduzida pela via correta, ou seja, com base no artigo 26 sobre desenvolvimento progressivo da Convenção Americana de Direitos Humanos.

87) Por isso, requer desta Corte a declaração de improcedência do pedido no tocante ao pleito fundamentado no artigo 11 do PSS por não preencher o pressuposto de admissibilidade *ratione materiae*, no entanto, caso a Corte entenda em conhecer da matéria adiante se apresenta as razões pela qual o pleito não merece prosperar.

88) A Federação da Clonalia sustenta que não viola o artigo 11 do Protocolo, pois tomou todas as medidas positivas em relação a regulação e aplicação da matéria ambiental em seu território. A questão do desenvolvimento sustentável prima pelo avanço e progresso dos Estados na área social, econômica e ambiental como disposto no Protocolo adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos, em seu artigo 1169, tendo em vista que na estrutura do Estado há ministério específico

⁶⁸ **Competição Interamericana de Direito Sustentável**. 5ª Edição. Caso Hipotético, p. 15, §64.

⁶⁹ “**Protocolo de San Salvador**. Artigo 11. 1. Toda pessoa tem direito a viver em meio ambiente sadio e a contar com os serviços públicos básicos. 2. Os Estados Partes promoverão a proteção, preservação e melhoramento do meio ambiente.”

para dirimir as questões ambientais, há suporte legislativo, além de outros esforços empregados como a criação de uma comissão específica pra questões ambientais.

89) A Comissão Mundial sobre Direito e Desenvolvimento das Nações Unidas, criada em 1983, definiu, em documento denominado Relatório de Brundtland o termo desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”⁷⁰. As medidas elencadas acima indicam que Clonalia observa os ditames de um desenvolvimento sustentável, meio ambiente sadio e desenvolvimento progressivo.

90) O direito de viver em um meio ambiente sadio inclui as obrigações positivas de proteger, preservar e melhorar o meio ambiente⁷¹. Estas obrigações contêm elementos tais quais a necessidade de adoção de medidas positivas para proteger os beneficiários desse direito, a regulação das atividades que podem por em risco esse direito e as populações afetadas terem a oportunidade de ser ouvidas e pleitear junto ao Estado suas reivindicações⁷².

91) Desta forma, o Estado além de não violar, cumpre com o preceito normativo em tela, haja vista que o órgão responsável para regular e implementar medidas que asseguram qualidade de vida por meio controle de questões ambientais, conforme indicação legal de sua função de acordo com legislação interna, qual seja o artigo 56 da Lei 34 de 1993 (a Lei que define a estrutura organizacional e as funções deste órgão), dispõe que “a principal função do Ministério do Meio Ambiente é regular e controlar a emissão de qualquer poluente atmosférico de qualquer tipo que, na opinião do órgão, contribua para a poluição do ar até um nível que poderia colocar em risco a saúde ou o bem-estar públicos”⁷³. Insta destacar que esta é a principal função e não a única.

⁷⁰World Commissionon Environment And Development. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

⁷¹SANDS, Philippe. **Principles of International Environmental Law**. Cambridge University Press. Second Edition. 2003, pp. 298.

⁷²Comissão Africana de Direitos Humanos dos Povos. The Social and Economic Rights Action Center and the Center for Economic and Social Rights v. Nigeria (**Caso Ogoni Land**), Comunicación 155/96, pár. 55; Fung, Melissa. Right to a Healthy Environment: Core Obligations under the International Covenant of Economic, Social and Cultural Rights, 14 Willamette J. Int'l L. &Dis. Res. 97 (2006), p. 114

⁷³**Competição Interamericana de Direito Sustentável**. 5ª Edição. Caso Hipotético, p. 09, §36.

92) Além disso, cuida a Federação de Clonalia em adequar seu ordenamento jurídico às questões ambientais inclusive internalizando tratados internacionais sobre a matéria ambiental.

93) Importa também sinalizar a criação de um comitê específico, denominado Comitê Nacional de Especialistas cujo objetivo era de apresentar uma proposta levando em conta possíveis vínculos futuros entre assuntos de migração, degradação ambiental e mudanças climáticas⁷⁴.

94) Como demonstrado, o Estado tem uma política de regulação das questões ambientais fazendo uso das mais diversas ferramentas seja por meio de comissões, órgãos da Administração Pública e ainda mecanismos legais certo que a escolha, aplicação, manutenção ou qualquer modificação nas políticas de fomento e proteção ambiental são matérias que dizem respeito à sua soberania.

95) No mais, para haver qualquer tipo de violação aos dispositivos em tela, imperiosa é a necessidade de comprovação de retrocesso ambiental, isto é, a supressão ou redução dos mecanismos legais de proteção ao meio ambiente adquiridos até o presente momento. Tal instituto assegura a proteção dos direitos fundamentais e da dignidade humana contra atuação do legislador e também da atuação da administração pública embasado nos princípios do Rule of Law, da dignidade humana, segurança jurídica entre outros⁷⁵, fato este que não ocorreu e restou comprovado inclusive o contrário com as políticas soberanas de proteção ambiental instituídas pela Federação de Clonalia.

96) Deve-se considerar que o desenvolvimento e exploração de recursos também são protegidos pela Convenção e que a legislação não é capaz de atuar de maneira criativa e imediata a todas as situações que se impõem, principalmente considerando que o Estado é um Organismo complexo com o dever de zelar pela manutenção e bem estar de sua população. O desenvolvimento progressivo deverá ser medido em função da crescente cobertura dos direitos econômicos, sociais e

⁷⁴ **Competição Interamericana de Direito Sustentável**. 5ª Edição. Caso Hipotético, p. 13, § 56 do caso hipotético

⁷⁵ SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER Tiago. **Direito Constitucional Ambiental: Estudos sobre a Constituição, os direitos fundamentais e a proteção do ambiente**. Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro, ago.2012, v. 19, n. 34, p.297-301.

culturais em geral, isso torna imprescindível a ponderação de valores e impactos na coletividade antes de se adotar de maneira incisiva medidas restritivas seja de cunho econômico ou ambiental⁷⁶.

97) No âmbito da proteção, preservação e melhoramento do meio ambiente, observado o artigo 26 do desenvolvimento progressivo da Convenção que dispõe sobre o dever dos Estados de adotar providências a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, na medida dos recursos disponíveis e apropriados, tendo em vista que o Estado é o sujeito passivo do direito ao desenvolvimento progressivo, ou seja, é o real responsável por sua realização⁷⁷.

98) A Federação de Clonalia se esforça para garantir tanto o desenvolvimento econômico, quanto social e ambiental quando opta por modificar sua matriz energética principal saindo de uma mais poluente, qual seja o carvão, para uma menos nociva, o petróleo, riqueza da nação descoberta e que será explorada dentro da perspectiva de que os Estados devem reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de produção e consumo. O petróleo configura-se como opção menos poluente e mais viável no cenário mundial para atender às necessidades de desenvolvimento como um todo. O Estado trabalha progressivamente para promoção de um ambiente saudável tendo em vista que a modificação brusca para uma matriz energética como a de biocombustível também é capaz de trazer consequências catastróficas, como uma crise alimentar ou ainda insuficiência energética e suas consequências econômicas e sociais.

3.7 Da suposta violação ao direito de refúgio ambiental

99) Vinte e três famílias da comunidade de Candela migraram de maneira irregular para a Federação de Marsili e meses depois solicitaram o status de refugiados ambientais.

⁷⁶ Corte IDH. **Caso "Cinco Pensionistas" Vs. Perú**. Sentencia de 28 de febrero de 2003. Serie C N°. 98. Par 147.

⁷⁷ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Volume II. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 199. p. 277.

100) Conforme abordado no ponto 2.2, o julgamento de tal matéria não pertence à jurisdição da CtIDH tendo em vista que tal direito não é albergado por tratado internacional assinado e ratificado pelos Estados-parte e judicializável perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, no entanto, caso a Corte entenda em conhecer da matéria adiante se apresenta as razões pela qual o pleito não merece prosperar.

101) O Estatuto dos Refugiados conceitua e elenca os requisitos para aquisição de tal status⁷⁸ ocorre que, o rol previsto na Convenção de 1951, é exaustivo, ou seja, trata-se de hipótese *numerus clausus*⁷⁹. Assim sendo, está focada nos acontecimentos pós-45, e nas suas cinco razões de perseguição não há espaço possível para interpretação fora desse rol taxativo⁸⁰. Neste sentido, motivos outros que não aqueles elencados não são amparados pelo Estatuto e, portanto, não permitem o reconhecimento do status de refugiado aos indivíduos.

102) Outra razão a limitação de concessão ao status de refugiados aos naturais de Marsili é a ausência do elemento perseguição na definição de refugiado ambiental, com intuito de se conceder uma definição mais ampla e abrangente ao termo perseguição as diretivas do ACNUR estabeleceram outras hipóteses que não incluem a temática ambiental⁸¹.

103) Desta maneira, não há que se falar em violação ao direito do refugiado ambiental pelo fato de que os moradores de Candela não preencherem os requisitos necessários para aquisição de tal

⁷⁸**Convenção de 1951.** Art. 1º. Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

⁷⁹CARVALHO RAMOS, André de; RODRIGUES, Gilberto e ALMEIDA, Guilherme de Assis (orgs.). **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011.

⁸⁰ALMEIDA, Guilherme de Assis. **A Lei 9.474/67 e a definição ampliada de refugiado: breves considerações**. In: ARAÚJO, Nádia de e ALMEIDA, Guilherme Assis de – coordenadores. *O Direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 162.

⁸¹São incluídas pelo órgão como forma de perseguição: “ (i) serious physical harm, loss of freedom and other serious violations of basic human rights as defined by international human rights instruments; (ii) discriminatory treatment which leads to consequences of a substantially prejudicial nature (for instance, serious restriction on the applicant’s right to earn his or her living, to practice his or her religion, to access normally available education facilities and; (iii) a combination of numerous harms none of which alone constitutes persecutions but which, when considered in the atmosphere in the applicant’s country, produces a cumulative effect which creates a well-founded fear of persecution”. In: UNHCR, **Handbook on Procedures and Criteria for Determining Refugee Status**. UNHCR: Geneva, 1979, § 52.

condição, sendo assim, na verdade essas famílias se classificam como “migrantes ambientalmente motivados” ou “deslocados ambientais”, nenhuma das quais expressa a real condição desses migrantes que são refugiados, sim, mas não no sentido jurídico do termo e sim no viés sociológico e etimológico da palavra o qual refugiado é todo aquele que busca abrigo ou proteção fora do seu habitat de origem, sendo diferenciado o tratamento jurídico⁸².

104) Como ilustrado as famílias são migrantes ilegais tendo em vista o modo de entrada clandestino na Federação. Dessa maneira o Estado agiu dentro de suas prerrogativas observados os procedimentos sobre migração, que é tema de segurança nacional e soberania, neste sentido a CIDH na Resolução 3/08 manifestou que os países têm tanto o direito como a obrigação de criar mecanismos para controlar a entrada de estrangeiros em seu território bem como sua saída desse mesmo território. Dispõe também que as ações nesse sentido devem ser realizadas com o devido respeito aos direitos das pessoas afetadas e que a observância de princípios fundamentais como a não discriminação e o direito a integridade pessoal não pode subordinar-se à implementação dos objetivos das políticas públicas⁸³.

105) A previsão de proibição da expulsão de estrangeiros prevista no artigo 22.6 da Convenção Americana de Direitos Humanos é concedida apenas ao estrangeiro regular, indicando que a situação regular de uma pessoa em um Estado não é condição necessária para que este Estado respeite e garanta o princípio da igualdade e não discriminação, visto que, como já se mencionou, este princípio tem caráter fundamental e todos os Estados devem garanti-lo a seus cidadãos e a toda pessoa estrangeira que se encontre em seu território. Assim sendo, o Estado poderá iniciar ação alguma contra as pessoas migrantes que não cumpram o ordenamento jurídico estatal. O importante é que, ao tomar as medidas que correspondam, os Estados respeitem seus direitos humanos e garantam seu exercício e desfrute a toda pessoa que se encontre em seu território, sem

⁸² BATISTA, Carolina de Abreu. **Os refugiados do clima na governança global**. Anais do 6º ANPPAS, 2012. acessado em <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT15-280-504-20120620090638.pdf>

⁸³ **Resolução 3/08 da CIDH**, dispõe sobre “Direitos Humanos dos Migrantes, Normas Internacionais e Diretiva Européia sobre Retorno” acessado em: <http://cidh.oas.org/Resoluciones/Resoluci%C3%B3n%2003-08%20PORT.pdf>

discriminação alguma por sua permanência regular ou irregular, nacionalidade, raça, gênero ou qualquer outra causa⁸⁴. Dessa maneira, resta claro que o Estado pode iniciar ação contra os migrantes irregulares, inclusive a deportação já que como demonstrado acima a proibição de expulsão é apenas aos migrantes regulares.

4. DOS PEDIDOS

106) Por todo o exposto, a Federação de Clonalia vem respeitosamente perante esta Corte requerer:

- a) O acolhimento das preliminares de incompetência (i) *ratione materie* no tocante ao artigo 11 do Protocolo de San pelo e da inexistência de tratado que albergue o direito ao refúgio ambiental; (ii) *ratione personae* da CtIDH em razão da não individualização das vítimas quanto às alegações de violação à Integridade Pessoal e Liberdade Pessoal, a teor do art. 35 do Regulamento da CtIDH e (iii) do não esgotamento dos recursos disponíveis na jurisdição interna e da vedação à fórmula da 4ª Instância;
- b) A improcedência dos pedidos de violação aos artigos 5, 7, 8, 13, 21, 22 e 26 da Convenção Americana e da violação do direito ao refúgio ambiental.

Por fim, pugna alternativamente pela homologação do acordo firmado entre as parte.

Nestes termos,

Aguarda deferimento.

⁸⁴ **A Condição Jurídica e os Direitos dos Migrantes Indocumentados.** Parecer Consultivo 16/99. O Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Marco do Devido Processo Legal - de 17 de Setembro de 2003, Solicitado Pelos Estados Unidos Mexicanos. Par. 118.

ANEXO

A **Federação de Clonalia**, Estado Soberano e Independente, nos termos de sua própria autodeterminação territorial e cultural, vem, nos autos do caso No. 042114/RLJ/0415 perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos contra si movido pelas famílias da Comunidade Rural de Candela, território da República de Marsili, embora sobressaltada pela possibilidade de injusta condenação internacional, apresentar

PROPOSTA DE ACORDO

sob o interesse de uma solução pacífica das controvérsias do caso como propugna a Convenção Americana de Direitos Humanos e a estabilidade de suas relações diplomáticas com a República do Marsili, nos termos a seguir expostos:

1) Sem se considerar a possibilidade de concessão do status de refugiado com fundamento em questões ambientais as famílias da Comunidade, mas tendo em vista o desejo da Federação de Clonalia na manutenção do *status quo* da proteção dos direitos humanos e na estabilidade de suas relações diplomáticas com a República de Marsili conforme preceitua a sua constituição nacional e os tratados internacionais de direitos humanos ratificados, **oferece às famílias da Comunidade de Candela que já se encontram no território de Marsilio privilégio de receberem vistos de residência excepcionais pelo tempo de 2 (dois) anos**, com a sua imediata liberação da detenção temporária em que se encontram quando da aceitação do presente acordo;

2) **Pelo período de 1 (um) ano**, a Federação de Clonalia também oferece às 23 famílias da Comunidade Rural de Candela **assistência moradia no valor de 1 (um) salário-mínimo vigente no país**;

3) O presente acordo materializa intenções de socorrer os membros da comunidade que se encontravam no território de Candela em caráter excepcional, **não incluindo a alteração dos sistemas migratórios e de análise da concessão de refúgio e asilo do país**, a qual deverá só poderá se dar de acordo com a vontade democrática interna de Clonalia;

4) Em respeito à autoridade da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Federação de Clonalia declara que a presente proposta de acordo **não exclui a possibilidade da Corte arbitrar reparações materiais ou recomendações de mudanças nas políticas públicas a serem implementadas**; contudo, aproveita para ressaltar que Clonalia é uma Federação regida pelo princípio da soberania, e que possíveis mudanças legislativas só serão realizadas nos termos da Constituição Federal e após regular trâmite do processo legislativo perante as Casas do Congresso Nacional de Clonalia.

Sendo assim, submete a presente proposta para a apreciação dos autores e pugna pela homologação desta Corte.